

AD  
PM

RELATÓRIO DE GESTÃO  
Cercizimbra Coop Para Educacao e Reabilitacao Cidadãos Inadaptados Sesimbra CRL

PERÍODO: Dezembro 2025

## I - Introdução

A Cercizimbra Coop Para Educacao e Reabilitacao Cidadãos Inadaptados Sesimbra CRL, com sede social em R dos Casais Ricos, n.º 1 2970-577 Sesimbra, com um capital social de 6.243,01 €, tem como atividade principal Ensino pré-escolar. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2025.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Cercizimbra Coop Para Educacao e Reabilitacao Cidadãos Inadaptados Sesimbra CRL, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

## 2 - Enquadramento Económico

Do ponto de vista económico, o ano de 2025 foi um período de crescimento estável, mas contido, após uma fase de choques inflacionistas e de reconfiguração do comércio.

A conjuntura internacional foi profundamente influenciada pelo primeiro ano de governação de Donald Trump, que introduziu novos focos de incerteza económica e comercial. As orientações iniciais da nova administração norte americana contribuíram para um ambiente internacional mais volátil e disruptivo, reforçando a perceção de que o mundo atravessa uma transição para uma nova ordem global.

A publicação World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (FMI), de janeiro de 2026, descreve uma economia global surpreendentemente resiliente, apesar de enfrentar forças divergentes. Entre estas, mantiveram-se fatores de instabilidade externos, como a continuação da guerra na Ucrânia, sem sinais claros de resolução, e a intensificação das tensões no Médio Oriente, em particular envolvendo Gaza, Israel e Irão. Estes desenvolvimentos contribuíram para riscos ascendentes ao nível energético, comercial e financeiro.

No plano dos preços, a desinflação avançou e, em várias economias desenvolvidas, os bancos centrais puderam abrandar o ciclo restritivo. Ainda assim, o FMI nota que a inflação pode revelar-se mais persistente em alguns países e que a subida anterior de tarifas e a incerteza de políticas continuam a moldar o quadro macroeconómico. O impulso de investimento ligado à Inteligência Artificial (IA) deverá ser também um fator novo a monitorizar, com potenciais ganhos de produtividade, mas também risco de correção de mercado.

Relativamente ao mercado de trabalho, a International Labour Organization (ILO) estimou, para 2025, uma taxa de desemprego global de 4,9%, sem alteração relativamente a 2024, mas identificou uma estagnação na qualidade do emprego e uma recuperação incompleta dos salários reais face ao choque inflacionista, bem como, desigualdades persistentes, sobretudo para jovens e mulheres.

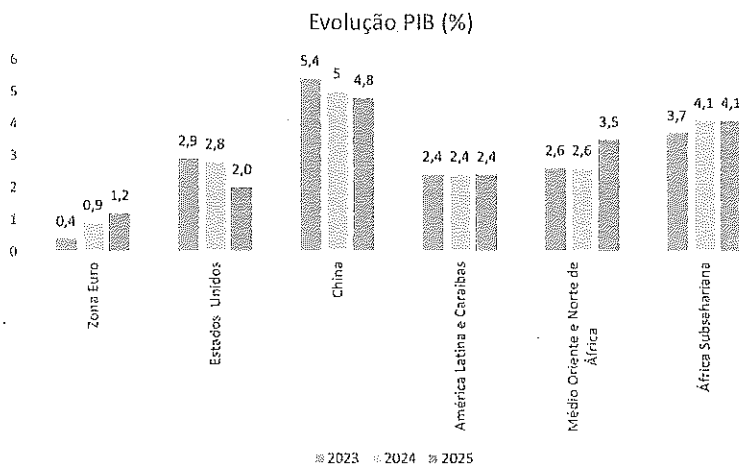
### 2.1 - A Nível Internacional e Europeu

#### Mundo

Tanto o FMI como o World Bank convergiram no reconhecimento de um cenário de crescimento moderado e de maior incerteza política, considerando que, em 2025, como reação ao choque tarifário, o mundo acelerou as suas cadeias de abastecimento.

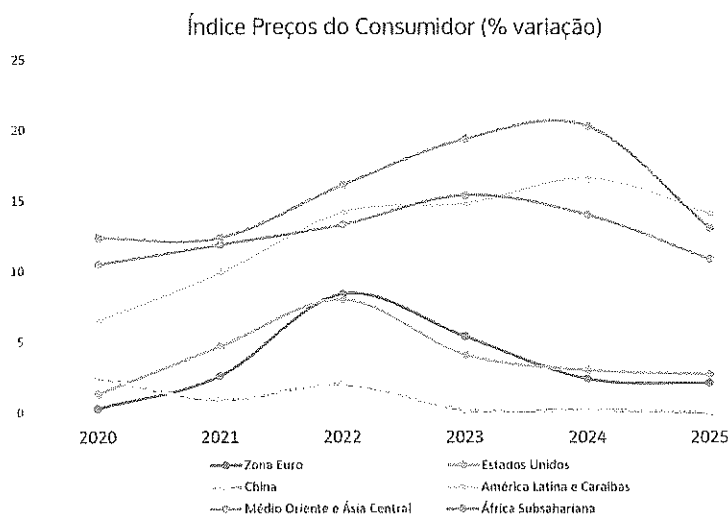
Abaixo apresentam-se os dados de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) desagregados pelas principais regiões do mundo.

AM  
84



Fonte: Dados estimados FMI a outubro 2025

A inflação global continuou a descer no agregado das economias avançadas. Não obstante, o FMI alertou para os riscos associados a choques de oferta, aos preços da energia e a possíveis pressões políticas sobre a independência dos bancos centrais.

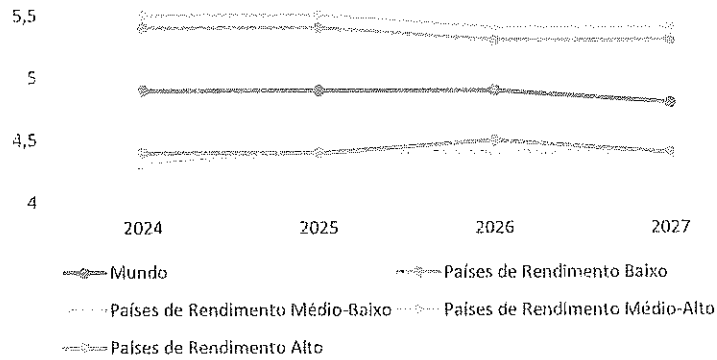


Fonte: Dados estimados FMI a outubro 2025

Relativamente aos salários, o novo relatório da ILO de 2026 indica que, apesar do desemprego se manter estável, a qualidade dos empregos não recuperou e os ganhos salariais reais ainda não compensaram totalmente as perdas de poder de compra anteriores. O desemprego jovem agravou-se em 2025 para 12,4% à escala global.

AA  
07

### Taxa de Desemprego (%)

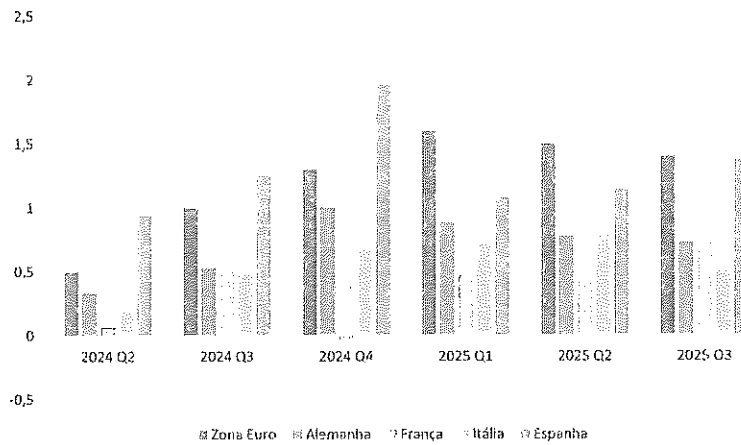


Fonte: Dados estimados ILO em janeiro de 2026

### Europa

Em 2025, a Zona Euro continuou a mostrar recuperação moderada, sustentada por um abrandamento da inflação e por alguma melhoria da procura interna, ainda que com assimetrias entre países. As projeções da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) apontam para um crescimento do PIB da Zona Euro de 1,3% em 2025, suportado por consumo privado em recuperação e pelo acesso ao crédito gradualmente mais favorável.

### Crescimento do PIB (%)



Fonte: Dados do Banco Central europeu de dezembro de 2025

A inflação, na Zona Euro deverá continuar a convergir para os 2% durante a segunda metade do ano, em linha com a tendência já apresentada durante o ano.

A OCDE antecipa a continuidade do processo de desinflação, nas economias avançadas, com a maioria dos países a aproximar se das metas definidas pelos respetivos bancos centrais. A normalização dos preços dos bens e da energia, juntamente com a moderação dos custos do trabalho, sustenta esta convergência para a meta de 2% em 2025.

AM  
M

Este organismo realça ainda que, a eliminação gradual de medidas orçamentais extraordinárias e o recuo das políticas restritivas podem trazer algum alívio das condições financeiras, apoiando a procura interna na Zona Euro.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego da Zona Euro manteve-se historicamente baixa em 2025. O Eurostat reportou uma taxa de desemprego de 6,3%, com o desemprego jovem a recuar ligeiramente para os 14,6%, evidenciando uma estabilização do mercado juvenil.

Desagregando o indicador do desemprego por género, em novembro de 2025, a taxa de desemprego das mulheres foi de 6,2% na UE e a taxa de desemprego dos homens foi de 5,8%. Na Zona Euro, a taxa de desemprego das mulheres foi de 6,5%, e a taxa de desemprego dos homens situou-se em 6,1%.

## Principais Mercados Estrangeiros

### China

A OCDE prevê que a economia chinesa cresça 4,7% em 2025, com consumo ainda condicionado por poupanças elevadas e pela correção no setor imobiliário.

O investimento imobiliário continuará a cair, enquanto as exportações serão afetadas por novas tarifas dos EUA. A inflação permanecerá muito baixa, e a política fiscal será expansionista, impulsionada por um grande estímulo e por um programa de retoma para entidades.

### EUA

A Comissão Europeia e Banco Central Europeu (BCE) estimaram para os EUA uma taxa de desemprego de cerca de 4,2 % para 2025.

A OCDE alertou, durante 2025, que os EUA enfrentarão défices orçamentais elevados durante vários anos, com uma dívida pública crescente, requerendo um ajuste fiscal significativo. Este organismo, projetou que o PIB dos EUA atinja um crescimento de 2%.

Segundo a informação publicada pelo U. S. Department of Labor, em janeiro de 2026, a inflação anual atingiu em dezembro de 2025 os 2,7%, impulsionada pelos custos mais elevados das importações devido às tarifas.

## 2.2 - A Nível Nacional

O Banco de Portugal projeta para 2025 um crescimento do PIB de 2,0%, acelerando depois em 2026 com apoio do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e da melhoria das condições financeiras.

O consumo das famílias continua a beneficiar da desaceleração da inflação, de ganhos no rendimento disponível e da descida gradual das taxas de juro. A OCDE e a Comissão Europeia (CE) antecipam que esta normalização sustente 2025. O consumo público mantém um contributo positivo, também alavancado por fundos europeus e execução de investimento público.

Em 2025, algumas entidades portuguesas beneficiaram de condições de financiamento mais favoráveis e do impulso proporcionado pela execução do PRR, relativamente a anos anteriores.

O PRR tem impulsionado a economia portuguesa ao dinamizar o investimento privado, através de instrumentos de capitalização e apoio à inovação, reforçando o tecido produtivo nacional. Estes mecanismos têm tido impacto direto na produtividade e na estrutura entidaderial, contribuindo para melhores resultados macroeconómicos. Simultaneamente, o PRR tem aumentado o investimento público, apoiando a recuperação económica pós pandemia, sobretudo entre 2022 e 2024.

AM

Segundo a OCDE, as exportações portuguesas mantêm bons níveis de desempenho. Existe, no entanto, um elevado grau de incerteza em relação ao futuro face à crescente instabilidade do contexto internacional e à forte exposição de alguns setores ao mercado dos EUA. No entanto, quando analisamos o seu impacto no PIB, o cenário não é tão positivo, uma vez que o peso das exportações de 46,5%, em 2024, diminuiu para 44,4% no primeiro semestre de 2025.

Adicionalmente, segundo a análise da Associação Entidaderial de Portugal (AEP), o crescimento registado nos primeiros nove meses do ano foi influenciado fortemente pela antecipação de encomendas de clientes europeus, motivada por uma expectativa de condições internacionais adversas.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), na divulgação de 10 de dezembro de 2025, referente a outubro de 2025, as importações de bens diminuíram 3,0% em termos homólogos.

De acordo com o Banco de Portugal, registou-se um crescimento do emprego de 1,9% na primeira metade de 2025. O maior crescimento da atividade económica e do emprego foi registado no sector dos serviços, uma área da económica aparentemente menos volátil.

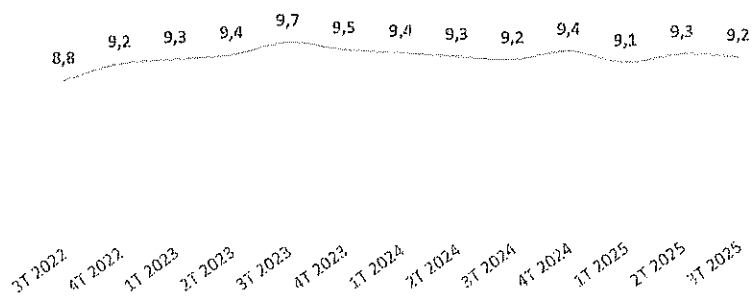
Outro setor de revelante na economia portuguesa é o da habitação. Este mercado não aparenta estar a ser penalizado pelo atual contexto de incerteza. A procura alta e a diminuição das taxas de juro, traduziram-se num crescimento de 17%, na primeira metade de 2025, face ao período homólogo, com o número de transações de imóveis a subir 20%.

Esta subida acentuada dos preços segue uma tendência que já se vinha a registar há alguns anos, mas que foi acelerada por medidas adotadas pelo Governo, em anos anteriores, de apoio à compra através de isenções de pagamentos de impostos e garantias bancárias.

A procura interna continua a sustentar o crescimento do PIB. O aumento dos salários e o suplemento extraordinário de pensões pago em setembro, bem como, as reduções das taxas de IRS, conduziram a um aumento do rendimento disponível, que terá sido um fator importante no nível de consumo interno.

A rentabilidade das entidades manteve-se estável ao longo de 2025, encontrando-se no terceiro trimestre de 2025 nos 9,2%, um valor em linha com o período homólogo de 2024.

#### RENDIBILIDADE GLOBAL DAS EMPRESAS



Fonte: Dados do Banco de Portugal de janeiro de 2026

O Governo estima, na sua previsão oficial, uma dívida pública para 2025 de 90,2% do PIB, um valor menor face aos 93,6% atingidos em 2024, segundo os dados do INE.

11  
04

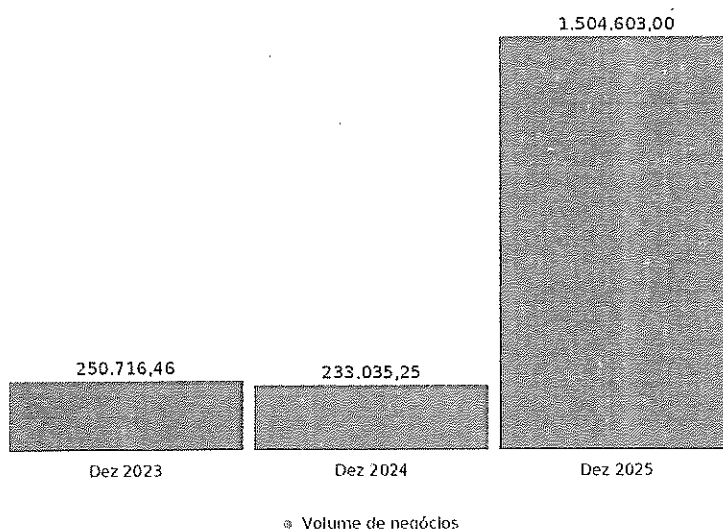
### 3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2025 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela entidade.

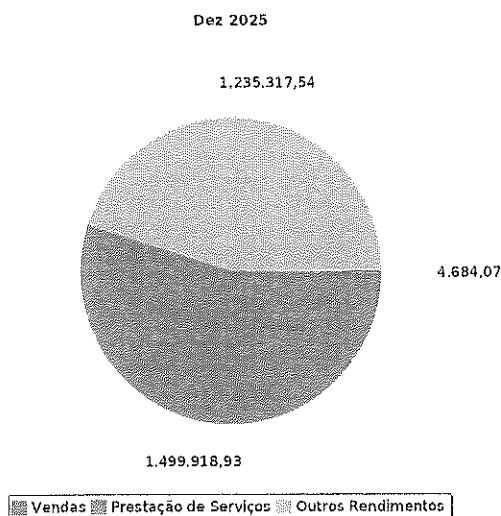
De facto, o volume de negócios que equivale ao somatório das vendas e prestações de serviços atingiu um valor de 1.504.603,00 €, representando uma variação de 545,65% relativamente ao ano anterior.

Este aumento deve-se ao facto da Comissão de Normalização Contabilística ter dado instruções para registar as comparticipações recebidas da Segurança Social referente a acordos típicos como prestações de serviços em vez de subsídios a exploração. Corrigindo esse efeito e considerando que em 2024, os referidos acordos típicos registaram 1 189 255,13€, o crescimento foi de 7,3%

A evolução dos rendimentos é apresentada no gráfico seguinte:



A estrutura dos rendimentos encontra-se distribuída do seguinte modo:

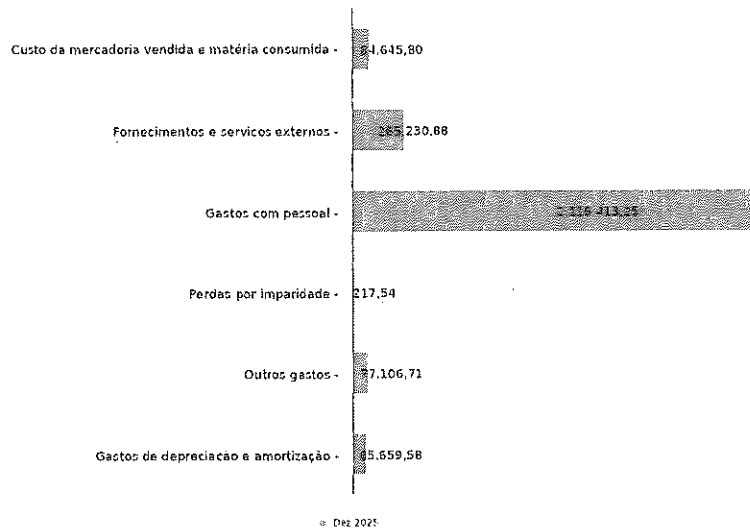


AM  
BM

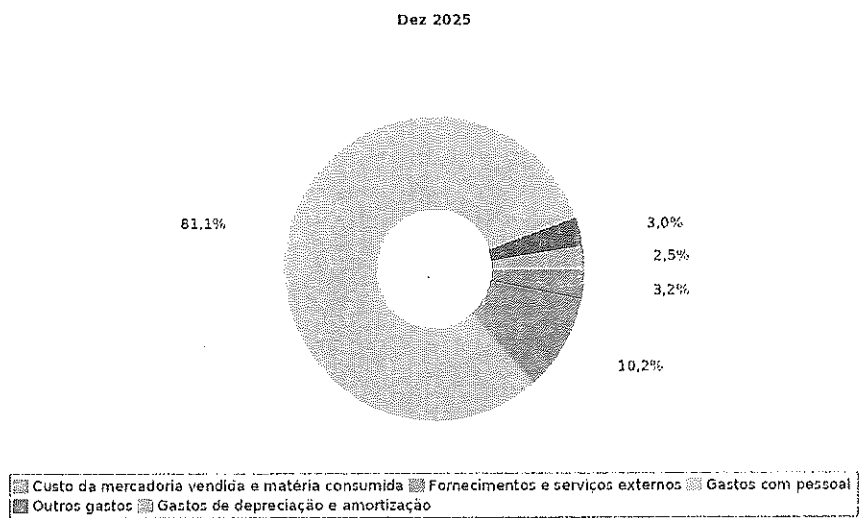
Considerando a atividade da Cercizimbra, é importante divulgar que a rubrica outros rendimentos, sofreu uma diminuição de 47%, uma vez que passou de 2.332.832€ para 1.235.317 €. Para este decréscimo contribuiu principalmente a sub-rubrica de Subsídios à Exploração, com uma evolução negativa de 56% uma vez que os subsídios passaram de 2.128.200€ para 944.429 €. Este decréscimo é explicado pela alteração do critério de contabilização das comparticipações da Segurança Social de acordos típicos, que passaram a ser lançados em prestações de serviços em vez de serem considerados subsídios a exploração como já foi referido.

No que diz respeito a sub-rubrica, outros rendimentos e ganhos existiu um aumento de 30%, ao evoluírem de 204.631€ para 290.541€, em consequência de um aumento dos proveitos/ ações da formação profissional.

Relativamente aos custos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura:



Abaixo representa-se o peso relativo de cada uma das naturezas de gastos incorridos no total dos custos da entidade:



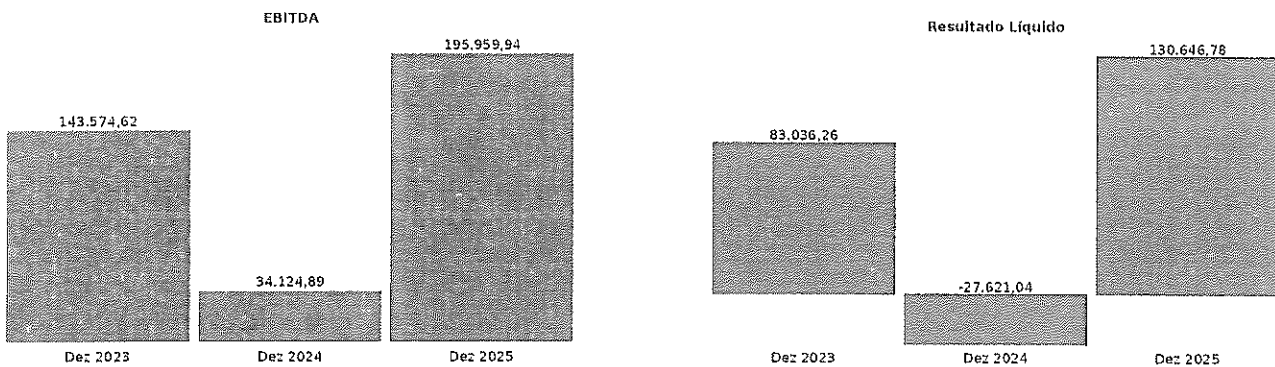
Podemos concluir que a estrutura de custos é fortemente influenciada pelo custos com o pessoal, como em todas as instituições que desenvolvem atividades semelhantes.

AM  
fy

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

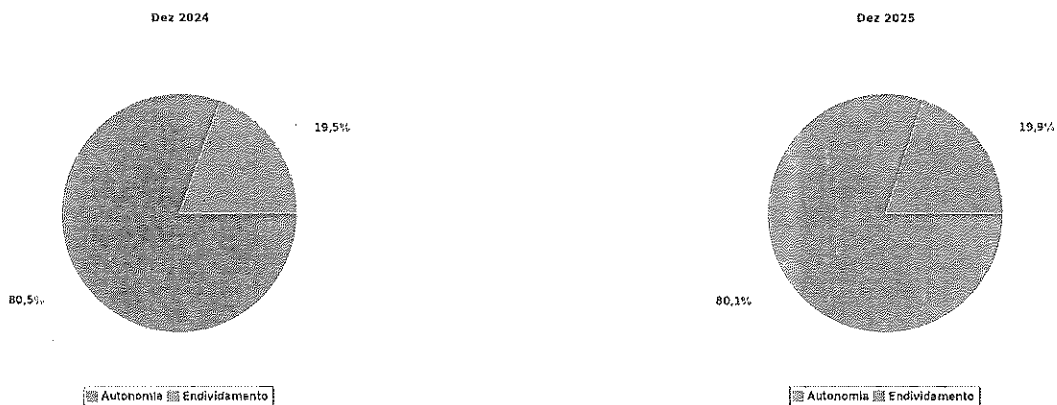
Itens	PERÍODO		
	Dez 2023	Dez 2024	Dez 2025
Gastos com Pessoal	1.996.396,95	2.130.127,26	2.116.413,25
Nº Médio de Pessoas	123	127	118
Gasto Médio por Pessoa	16230.86	16772.66	17935.70

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



É evidente uma evolução positiva e especialmente de 2024 para 2025, dado que temos melhorias tanto no EBITDA, como no Resultado Líquido

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



Estes indicadores apresentam também evolução positiva

AA  
021

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

Itens	PERÍODO		
	Dez. 2023	Dez. 2024	Dez. 2025
Ativo não corrente	1.356.085,69	1.318.840,99	1.300.934,27
<i>Percentagem ativo não corrente</i>	<i>59,77%</i>	<i>59,03%</i>	<i>53,64%</i>
Ativo corrente	912.763,34	915.184,82	1.124.301,67
<i>Percentagem ativo corrente</i>	<i>40,23%</i>	<i>40,97%</i>	<i>46,36%</i>
<b>Total ativo</b>	<b>2.268.849,03</b>	<b>2.234.025,81</b>	<b>2.425.235,94</b>
Capital Próprio	1.857.235,08	1.798.150,57	1.942.374,77
<i>Percentagem Capital Próprio</i>	<i>81,86%</i>	<i>80,49%</i>	<i>80,09%</i>
Passivo corrente	411.613,95	435.875,24	482.861,17
<i>Percentagem passivo corrente</i>	<i>18,14%</i>	<i>19,51%</i>	<i>19,91%</i>
<b>Total Capital Próprio e Passivo</b>	<b>2.268.849,03</b>	<b>2.234.025,81</b>	<b>2.425.235,94</b>

#### 4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Cercizimbra Coop Para Educacao e Reabilitacao Cidadãos Inadaptados Sesimbra CRL no período económico findo em 31 de dezembro de 2025 realizou um resultado líquido de 130.646,78€. Fiel à sua natureza cooperativa, a organização reinvestirá a totalidade destes excedentes: 5% serão destinados à constituição de reservas legais e o restante aplicado diretamente na missão social da cooperativa. Esta estratégia assegura a robustez financeira necessária para continuar a elevar a qualidade das respostas e apoios disponibilizados aos nossos utentes e famílias.

#### 5 - Expetativas Futuras

##### 5.1 - Cenário macroeconómico

###### Mundo

O FMI projeta que o crescimento mundial se mantenha estável nos 3,3% em 2026 e nos 3,2% em 2027, alinhado com o ritmo estimado para 2025. salientando que o impacto das novas tarifas comerciais foi, até agora, menos severo do que se receava, mas que os riscos existentes parecem indicar um novo decréscimo.

O World Bank sublinhou, na sua publicação de janeiro de 2026, que a economia global mostrou em 2025 uma resiliência, apoiada em adiantamento de trocas comerciais, ajustamentos de cadeias de valor e condições financeiras mais fáceis; esperando, porém, uma moderação do ritmo à medida que esses apoios se esbatem.

Este organismo, estimou que a inflação global deverá continuar a descer gradualmente, passando de 4,1% em 2025 para 3,8% em 2026, e que estabilizará nos 3,4% em 2027, com trajetórias diferentes entre países. Nos Estados Unidos, o retorno à meta dos 2% deverá ser mais lento do que noutras grandes economias, enquanto na área do euro a inflação deverá manter-se próxima desse valor já durante 2026.

Apesar da evolução favorável da inflação, o FMI nota que os riscos para a economia global continuam elevados. Uma eventual reavaliação em baixa do potencial transformador da IA poderia levar a uma correção abrupta nos mercados financeiros, especialmente entre entidades tecnológicas com avaliações muito elevadas.

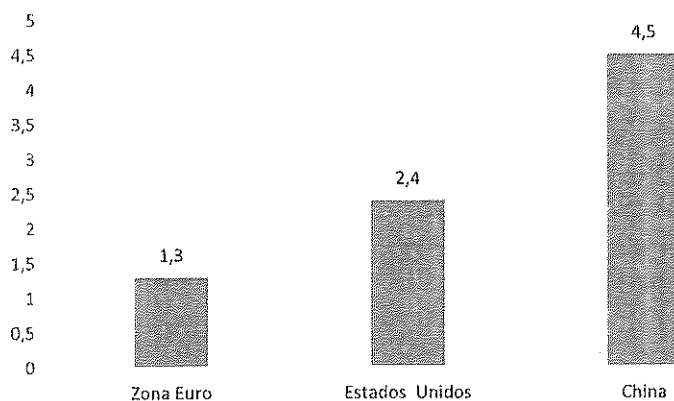
Em 2025, esses riscos refletiram se diretamente no comportamento dos investidores, que adotaram uma postura ambivalente: por um lado, revelaram um forte apetite por risco associado ao ciclo tecnológico — ilustrado pelo facto de a Nvidia se ter tornado a primeira entidade a atingir

uma capitalização bolsista de 5 biliões de dólares, impulsionada pela rápida adoção da IA generativa; por outro, reforçaram posições em ativos de mitigação de risco, como se verificou nos máximos históricos do ouro.

As tensões comerciais persistem como ameaça, uma vez que medidas tarifárias adicionais ou contenções ao comércio de setores estratégicos - como semicondutores e minerais críticos - podem reacender incertezas e perturbar cadeias de abastecimento. A isto somam-se riscos geopolíticos, particularmente no Médio Oriente, Ucrânia, Ásia e América Latina, que podem afetar fluxos comerciais, preços de energia e estabilidade financeira.

As projeções regionais mostram um panorama desigual. Nas economias avançadas, o crescimento deverá ser moderado: os Estados Unidos deverão expandir-se 2,4% em 2026, apoiados por política fiscal e monetária menos restritivas, enquanto a área do euro deverá crescer 1,3% em 2026, com 2027 a mostrar apenas ligeira aceleração. A China deverá crescer 4,5% em 2026, beneficiando do acordo comercial temporário com os EUA e de medidas de estímulo, mas enfrentará desaceleração posterior devido a desafios estruturais. A Índia continuará a destacar-se como uma das economias mais dinâmicas, com crescimento acima dos 6%. África Subsariana e a região do Médio Oriente e Ásia Central deverão também acelerar, sustentadas por reformas internas, recuperação da procura e aumento da produção petrolífera.

Expetativa de Crescimento do PIB (%)



Fonte: Dados do FMI publicados em janeiro de 2026

O comércio mundial deverá abrandar significativamente, passando de um crescimento de 4,1% em 2025 para 2,6% em 2026, antes de recuperar ligeiramente em 2027. Este abrandamento decorre do ajustamento às recentes alterações nas políticas comerciais, embora as exportações ligadas à tecnologia continuem a expandir-se a um ritmo robusto.

O FMI conclui que, apesar da resiliência da economia global, esta continua exposta a múltiplos riscos e desequilíbrios. Defende, por isso, que as políticas económicas se concentrem em restaurar margens orçamentais e assegurar a sustentabilidade da dívida pública, mantendo políticas monetárias calibradas com o objetivo de preservar a estabilidade de preços.

Recomenda ainda que os países avancem com reformas estruturais, que reforcem a produtividade, a competitividade e o potencial de crescimento, ao mesmo tempo que promovem enquadramentos comerciais estáveis e previsíveis.

Finalmente, o FMI sublinha que o progresso tecnológico poderá elevar significativamente o crescimento global se for acompanhado por políticas que garantam uma transição ordenada, inclusiva e sustentada.

A atual configuração global evidencia uma rutura profunda da ordem internacional, na qual o antigo sistema baseado em regras deixou de garantir previsibilidade ou proteger as potências médias. Alguns países têm assumido a necessidade de adotar uma postura mais assertiva, reconhecendo que

AA  
04

a interdependência económica passou a ser instrumentalizada por grandes potências através de tarifas, coerção financeira e exploração de fragilidades nas cadeias de valor.

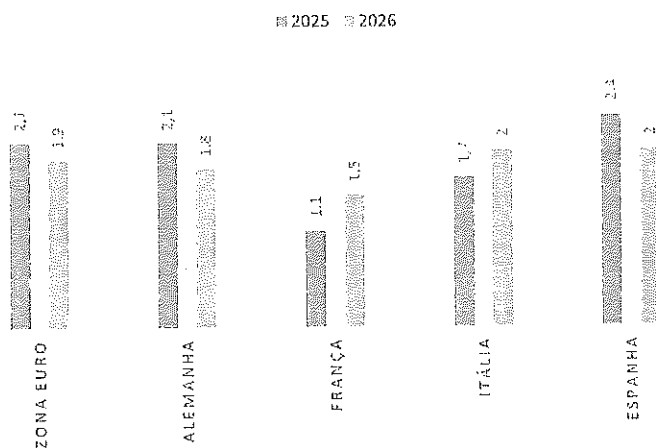
Perante este contexto, vários Estados veem como essencial avançar para uma autonomia estratégica que combine valores centrais - direitos humanos, soberania e desenvolvimento sustentável - com a capacidade material necessária para sustentar essas escolhas.

## Europa

É esperado que o crescimento da Zona Euro acelere, atingindo 1,4% em 2025 e 1,2% em 2026, segundo as projeções do Banco Central e dos Bancos Centrais Nacionais. Estas previsões refletem uma economia apoiada pela melhoria das condições financeiras, pela redução da incerteza comercial internacional e por preços de energia mais moderados.

Relativamente à inflação, a OCDE e o FMI antecipam que a tendência de descida prossiga, com a taxa a situar-se em 2,1% em 2025 e a recuar para 1,9% em 2026. Os principais riscos associados a estas projeções continuam a ser a volatilidade dos preços da energia e a persistência de pressões elevadas nos serviços, que se mantêm mais resistentes à desaceleração da inflação.

## PREÇOS DO CONSUMIDOR



Fonte: Dados do FMI do relatório Perspetivas Económicas Mundiais de outubro de 2025

A Zona Euro enfrenta desafios acrescidos num ambiente em que as tarifas, as infraestruturas financeiras e as cadeias de abastecimento podem ser usados como instrumentos de coerção, expondo dependências críticas de um bloco muito integrado e aberto ao comércio. A resposta passa por acelerar a autonomia estratégica, diversificar energia e tecnologia, fortalecer a resiliência industrial e atuar coletivamente para evitar assimetrias negociais com grandes potências.

Este novo enquadramento traz consigo maior volatilidade, incluindo a reconfiguração de cadeias produtivas, custos acrescidos ligados à segurança energética e tecnológica, pressões sobre competitividade e constrangimentos fiscais. Em paralelo, abre espaço para redefinir o papel externo do euro, fortalecendo redes de cooperação mais resilientes e reduzindo a exposição a mecanismos de coerção.

Neste contexto, ganha particular relevância o recente acordo comercial celebrado, em janeiro de 2026, entre a União Europeia e a Índia, descrito como "o maior de todos os acordos comerciais" e que cria um mercado conjunto de cerca de dois mil milhões de pessoas. O acordo elimina ou reduz tarifas sobre 96,6% das exportações europeias para a Índia e deverá duplicar o valor exportado até 2032, reforçando a cooperação económica num ambiente global marcado por tensões comerciais e geopolíticas. Este avanço contribui para mitigar riscos associados à concentração de mercados, reforça a posição estratégica da UE face à concorrência dos EUA e da China e abre novas oportunidades de expansão para as entidades europeias, que passam a beneficiar de um enquadramento comercial mais previsível e competitivo.

As entidades europeias enfrentam hoje um contexto global mais volátil, onde cadeias de valor, logística e finanças podem tornar-se instrumentos de pressão geopolítica. Para garantir continuidade e competitividade, é essencial reforçar resiliência interna, diversificar fornecedores e mercados e colaborar com parceiros fiáveis que assegurem previsibilidade - um objetivo que o novo acordo UE-Índia também ajuda a concretizar ao ampliar o leque de destinos e oportunidades comerciais disponíveis para as entidades europeias.

## Outros

### China

Em janeiro de 2026, o FMI, na sua avaliação do cenário macroeconómico, considerou que as tensões associadas às trocas comerciais entre a China e os EUA tinham diminuído. Às disputas relacionadas com as exportações seguiu-se um acordo bilateral de suspensão das tarifas, que estará em vigor até novembro de 2026.

O impacto deste acordo foi de tal modo significativo que, a expectativa de crescimento da economia para 2026 foi revista, passando de 0,3% para 4,5%. Outro fator para esta revisão terão sido as medidas de estímulo à economia chinesa que o país prevê implementar nos próximos dois anos.

O FMI espera que a taxa de crescimento da economia desacelere para 4,0% em 2027.

### EUA

Para os EUA, a OCDE prevê que o crescimento do PIB abrande para cerca de 1,8% em 2025 e entre 1,5% e 1,7% em 2026, refletindo tarifas mais elevadas, maior incerteza económica e um abrandamento no consumo e investimento.

Esta incerteza reflete-se nos valores das próprias projeções. O FMI, por exemplo, assume uma posição menos conservadora e situa a expansão da economia americana nos 2,4%, para 2026.

Com os incentivos fiscais ao abrigo da One Bing Beautiful Bill Act, o FMI considera que o crescimento se manterá sólido nos 2% em 2027.

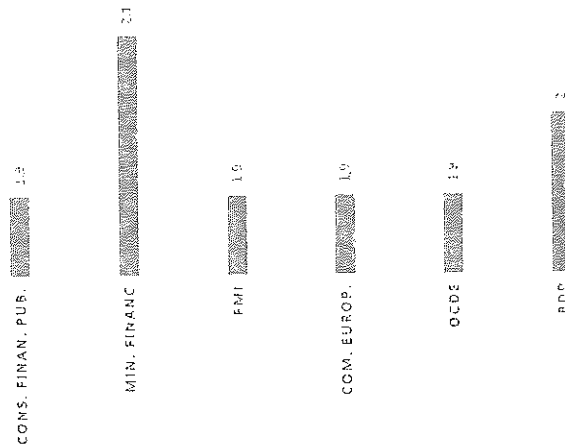
## 5.2 - Cenário Interno

Para Portugal, a Comissão Europeia considerou, no seu relatório de novembro de 2025, que a procura interna continuará a sustentar o crescimento económico, estimando um crescimento do PIB para 1,9% em 2025 e de 2,2% em 2026.

Esta estimativa está alinhada com a análise de outros organismos oficiais.

AS  
01

### CRESCIMENTO PIB 2025 (%)



O Banco de Portugal projetou um Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor de 2,2% para 2025 e de 2,1% para 2026. A Comissão Europeia considera que estes níveis estão associados à estabilização dos preços da energia e à desaceleração de preços dos serviços.

De acordo com o Banco de Portugal, prevê-se um abrandamento gradual do emprego, acompanhado pela estabilização da taxa de desemprego em níveis historicamente baixos. Embora o nível de emprego deva manter uma tendência de crescimento, este será cada vez mais moderado, situando-se em 0,9% em 2026 e em 0,5% em 2027. Esta evolução reflete aumentos contidos quer na taxa de atividade, quer na população em idade ativa.

O crescimento populacional continuará a ser sustentado pela entrada de trabalhadores estrangeiros, ainda que com fluxos progressivamente menores após o pico registado em 2023. Assim, num contexto de expansão modesta da população ativa e do emprego, a taxa de desemprego deverá fixar-se em média, nos 6,3%.

Com a aproximação do fim do período de execução do PRR, espera-se que o dinamismo do investimento, quer seja público ou privado, acelere em 2026 para abrandar em 2027, uma vez que para 2027 estão apenas previstos pagamentos residuais.

De acordo com a Comissão Europeia, espera-se que a balança de transações correntes permaneça em terreno positivo, uma vez que o forte aumento projetado no volume das importações deverá ser parcialmente compensado pela queda esperada nos preços das importações de energia em 2025 e 2026.

### 5.3 - Evolução previsível da sociedade

Perante o cenário macroeconómico atual e a evolução da economia nacional, prevê-se que, no futuro próximo, a Cercizimbra continue a enfrentar desafios característicos do setor social, nomeadamente ao nível da sustentabilidade financeira, da gestão de recursos humanos e da crescente complexidade das necessidades dos utentes, associadas ao envelhecimento e ao agravamento de algumas patologias.

Neste contexto, torna-se fundamental reforçar a capacidade de adaptação da instituição, apostando na qualificação contínua das equipas, na otimização dos recursos disponíveis e no fortalecimento das parcerias com a comunidade e entidades locais. Paralelamente, a diversificação de respostas e a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados constituem fatores essenciais para assegurar a sustentabilidade e a relevância da intervenção da instituição no apoio às pessoas com deficiência e às suas famílias.

Assim, apesar dos desafios previstos, perspetiva-se que, através de uma gestão prudente e de uma estratégia orientada para a inovação e cooperação, a instituição possa continuar a desenvolver a sua missão social de forma consistente e ajustada às necessidades da comunidade.

### 6 - Outras Informações

A Cercizimbra Coop Para Educacao e Reabilitacao Cidadãos Inadaptados Sesimbra CRL não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2025.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

### 7 - Considerações Finais



Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Cercizimbra Coop Para Educacao e Reabilitacao Cidadãos Inadaptados Sesimbra CRL.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Sesimbra 17 de Março de 2026

O Conselho de Administração  
COOPERATIVA PARA EDUCAÇÃO E  
REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS DE  
SESIMBRA, CRL.



O CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Cercizimbra Coop Para Educacao e Reabilitacao Cidadãos Inadaptados Sesimbra CRL

PERÍODO: Dezembro 2025

## ÍNDICE

1 - Identificação da entidade	4
1.1 - Dados de identificação	4
2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	4
2.1 - Referencial contabilístico utilizado	4
3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	5
3.1 - Principais políticas contabilísticas	5
3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas	8
3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas	8
4 - Ativos fixos tangíveis	8
4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis	8
4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:	8
4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:	9
4.2 - Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos, conforme quadro seguinte:	10
4.3 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis contabilizados por quantias revalorizadas:	10
5 - Custos de empréstimos obtidos	10
5.1 - Custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período, de acordo com a respetiva natureza de ativos que se qualificam:	10
6 - Inventários	11
6.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada	11
6.2 - Quantia escriturada de inventários	11
7 - Rendimentos e gastos	11
7.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do réditto incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços	11
7.2 - Quantia de cada categoria significativa de réditto reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:	11
7.2.1 - Discriminação das prestações de serviços	12
7.3 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos	12
7.4 - Outros gastos e perdas	13
7.5 - Outros rendimentos e ganhos	13
7.6 - Diferimentos	13
8 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas	14
8.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas	14
8.2 - Principais doadores / fontes de fundos	14
9 - Instrumentos financeiros	15
9.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros	15
9.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:	15
9.3 - Divulgações sobre colateral prestada com ativos financeiros e garantias bancárias:	16
9.4 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço	16
9.4.1 - Dívidas a fornecedores	16
9.4.2 - Outras dívidas a pagar	16
9.5 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme	17

quadro seguinte:

10 - Benefícios dos empregados	17
10.1 - Pessoal ao serviço da entidade e horas trabalhadas	17
10.2 - Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão	18
10.3 - Benefícios dos empregados e encargos da empresa	18
11 - Acontecimentos após a data do balanço	18
11.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço	18
12 - Divulgações exigidas por diplomas legais	19
12.1 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais	19
13 - Outras divulgações	19
13.1 - Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	19
13.2 - Outras divulgações sobre contratos públicos	19
14 - Impostos e contribuições	19
14.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:	19
14.2 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições	19
15 - Fluxos de caixa	20
15.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:	20

## 1 - Identificação da entidade

### 1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: Cercizimbra Coop Para Educacao e Reabilitacao Cidadãos Inadaptados Sesimbra CRL  
Número de identificação de pessoa coletiva: 500594180  
Lugar da sede social: R dos Casais Ricos, n 1  
Endereço eletrónico: geral@cercizimbra.pt  
Página da internet: cercizimbra.org.pt  
Natureza da atividade: Ensino pré-escolar

## 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

### 2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizado o sistema para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

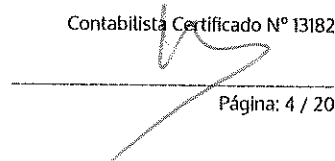
- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2025 são, em geral, consistentes com os aplicados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024. Todavia, na sequência das orientações

Administração



Contabilista Certificado N° 13182



emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC), nomeadamente conforme esclarecimento constante da Pergunta 39 das "FAQ - Entidades do Setor não Lucrativo", atualizada em 6 de setembro de 2024, procedeu-se à alteração do enquadramento contabilístico das participações da Segurança Social relativas a acordos típicos. Assim, as referidas participações, anteriormente reconhecidas na conta 751 -"Subsídios à exploração", passaram a ser registadas na conta 727 -"Prestações de Serviços", por se tratarem de rendimentos cuja atribuição depende da variação da frequência dos utentes e está correlacionada com a prestação efetiva de serviços sociais. Esta reclassificação teve impacto significativo nas rubricas de rendimentos de prestações de serviços e de subsídios à exploração, motivo pelo qual os valores apresentados nestas rubricas não são diretamente comparáveis com os do exercício anterior.

### 3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

#### 3.1 - Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

##### - Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

##### - Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

##### - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Entidade está isenta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes /Utentes e outros valores a receber

As contas de "Clientes/utentes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expetativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para esta tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rédito da Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

### 3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas

Não ocorreu qualquer alteração na política contabilística.

### 3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas

Não ocorreram alterações nos critérios das estimativas contabilísticas.

## 4 - Ativos fixos tangíveis

### 4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

AFT - Bases mensuração e métodos depreciação:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Terrenos e recursos naturais	Custo de aquisição	N.A	N.A	N.A
Edifícios e outras construções	Custo de aquisição	quotas constantes	50 anos	2%
Equipamento básico	Custo de aquisição	quotas constantes	1 a 6 anos	16.66% a 100%
Equipamento de transporte	Custo de aquisição	quotas constantes	5 anos	20%
Equipamento administrativo	Custo de aquisição	quotas constantes	1 a 6 anos	16.66% a 100%
Equipamentos biológicos	N.A	N.A	N.A	N.A
Outros ativos fixos tangíveis	Custo de aquisição	quotas constantes	1 a 6 anos	16.66% a 100%

A entidade não detentora de bens do património histórico, artístico e cultural.

#### 4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	0,00	1.619.196,55	124.329,19	381.535,85	162.907,89	0,00	27.643,44	473.136,55	0,00	2.788.749,47
Depreciações acumuladas	0,00	841.722,71	108.640,41	360.955,85	147.572,63	0,00	24.641,11	0,00	0,00	1.483.532,71
Saldo no início do período	0,00	777.473,84	15.688,78	20.580,00	15.335,26	0,00	3.002,33	473.136,55	0,00	1.305.216,76
Variações do período	0,00	-36.529,09	886,05	17.680,00	-2.946,14	0,00	3.002,46	0,00	0,00	-17.906,72
Total de aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total diminuições	0,00	36.529,09	8.955,52	14.770,00	4.124,45	0,00	1.280,52	0,00	0,00	65.659,58
Depreciações do período	0,00	36.529,09	8.955,52	14.770,00	4.124,45	0,00	1.280,52	0,00	0,00	65.659,58
Outras transferências	0,00	0,00	9.841,57	32.450,00	1.178,31	0,00	4.282,98	0,00	0,00	47.752,86
Saldo no fim do período	0,00	740.944,75	16.574,83	38.260,00	12.389,12	0,00	6.004,79	473.136,55	0,00	1.287.310,04
Valor bruto no fim do período	0,00	1.619.196,55	134.170,76	413.985,85	164.086,20	0,00	31.926,42	473.136,55	0,00	2.836.502,33
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	878.251,80	117.595,93	375.725,85	151.697,08	0,00	25.921,63	0,00	0,00	1.549.192,29

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL) - Quadro Comparativo (Dez 2024):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	0,00	1.615.699,30	207.653,92	384.878,81	357.222,15	0,00	48.474,31	473.136,55	0,00	3.087.065,04
Depreciações acumuladas	0,00	805.996,51	187.543,78	356.018,81	350.596,09	0,00	44.448,39	0,00	0,00	1.744.603,58
Saldo no início do período	0,00	809.702,79	20.110,14	28.860,00	6.626,06	0,00	4.025,92	473.136,55	0,00	1.342.461,46
Variações do período	0,00	-32.228,95	-4.421,36	-8.280,00	8.709,20	0,00	-1.023,59	0,00	0,00	-37.244,70
Total de aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total diminuições	0,00	36.961,68	9.507,13	8.280,00	5.932,78	0,00	1.023,59	0,00	0,00	61.705,18
Depreciações do período	0,00	36.961,68	9.507,13	8.280,00	5.932,78	0,00	1.023,59	0,00	0,00	61.705,18
Outras transferências	0,00	4.732,73	5.085,77	0,00	14.641,98	0,00	0,00	0,00	0,00	24.460,48
Saldo no fim do período	0,00	777.473,84	15.688,78	20.580,00	15.335,26	0,00	3.002,33	473.136,55	0,00	1.305.216,76
Valor bruto no fim do período	0,00	1.619.196,55	124.329,19	381.535,85	162.907,89	0,00	27.643,44	473.136,55	0,00	2.788.749,47
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	841.722,71	108.640,41	360.955,85	147.572,63	0,00	24.641,11	0,00	0,00	1.483.532,71

É de realçar que o valor registado em ATF em curso , se refere ao CAO/ Lar Residencial da Quinta do Conde.

#### 4.2 - Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos, conforme quadro seguinte:

A entidade tem ativos fixos tangíveis subsidiados por entidades oficiais, nomeadamente através dos programas PARES, POPH e Fundo Socorro Social que não podem ser vendidos.

#### 4.3 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis contabilizados por quantias revalorizadas:

A entidade não tem ativos fixos tangíveis contabilizados por quantias revalorizados.

### 5 - Custos de empréstimos obtidos

#### 5.1 - Custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período, de acordo com a respetiva natureza de ativos que se qualificam:

A entidade não capitalizou custos com empréstimos.

## 6 - Inventários

### 6.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários são valorizados a preço de custo.

### 6.2 - Quantia escriturada de inventários

Inventários - movimentos e informações adicionais:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
<b>APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS</b>						
Inventários iniciais	0,00	800,69	800,69	0,00	606,08	606,08
Compras	0,00	68.921,82	68.921,82	0,00	65.309,51	65.309,51
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	17.379,40	17.379,40	0,00	16.890,93	16.890,93
Inventários finais	0,00	2.456,11	2.456,11	0,00	800,69	800,69
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	84.645,80	84.645,80	0,00	82.005,83	82.005,83
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>						

## 7 - Rendimentos e gastos

### 7.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da instituição.

### 7.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Conforme já referido na nota nº 2, a alteração ao critério de lançamento contabilístico das participações da Segurança Social com acordo típico da conta 751 para a conta 727 aumentou substancialmente o rédito da entidade quando comparado com o ano anterior.

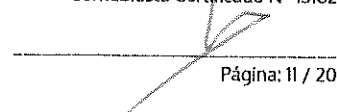
Rédito - informação por naturezas:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	4.684,07	4.850,99
Prestação de serviços	1.499.918,93	228.184,26
Dívidendos	346,42	0,00
<b>Total</b>	<b>1.504.949,42</b>	<b>233.035,25</b>

Administração



Contabilista Certificado Nº 13182



### 7.2.1 - Discriminação das prestações de serviços

Prestações de Serviços

Descrição	Valor Período
Matriculas e Mensalidades	173.404,03
Quotizações e joias	3.491,75
Prestação serviços secundários	45.908,27
Acordos Segurança Social	1.277.114,88
<b>Total Geral</b>	<b>1.499.918,93</b>

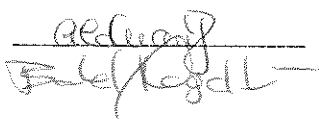
Os acordos da Segurança Social em 2024, atingiram do valor de 1 189 255,13€, e estavam registado na conta 7511.

### 7.3 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

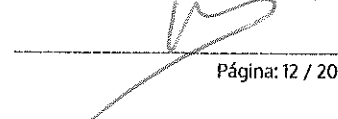
Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	96.890,59	82.065,51
Trabalhos especializados	18.729,35	26.354,40
Publicidade e propaganda	1.255,63	0,00
Vigilância e segurança	3.762,48	4.214,59
Honorários	45.662,62	30.265,75
Conservação e reparação	27.074,85	20.809,29
Outros	405,66	421,48
<b>Materiais</b>	<b>40.086,51</b>	<b>24.683,82</b>
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	28.805,75	19.743,95
Livros e documentação técnica	0,00	37,50
Material de escritório	11.280,76	4.902,37
<b>Energia e fluidos</b>	<b>65.737,96</b>	<b>63.343,92</b>
Eletricidade	21.535,77	17.667,70
Combustíveis	39.345,03	41.468,66
Água	4.857,16	4.207,56
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>7.142,42</b>	<b>10.472,70</b>
Deslocações e estadas	7.142,42	10.472,70
<b>Serviços diversos</b>	<b>55.373,40</b>	<b>64.530,99</b>
Rendas e alugueres	5.096,52	3.715,87
Comunicação	16.358,31	16.938,14
Seguros	10.308,63	9.825,59
Contencioso e notariado	242,61	50,00
Limpeza, higiene e conforto	22.001,70	30.252,78
Outros serviços	1.365,63	3.748,61
<b>Total</b>	<b>265.230,88</b>	<b>245.096,94</b>

Administração



Contabilista Certificado, N° 13182



#### 7.4 - Outros gastos e perdas

Outros gastos e perdas:	Nome / Descrição	Valor
Outros gastos e perdas		77.106,71
Dos quais:		0,00
Impostos		20,24
Correções de exercicios Anteriores		1.082,21
Quotizações		1.540,00
Formação Profissional		59.282,91
Pirilampo		14.446,60
Gratificações Estimulos Utente		724,50
Outros não especificados		10,25

#### 7.5 - Outros rendimentos e ganhos

Outros rendimentos e ganhos:	Nome / Descrição	Valor
Outros Rendimentos e ganhos		290.541,54
Dos quais:		0,00
Rendimentos suplementares		17.511,28
Imputação Subsídios ao Investimento		42.042,58
Ações de formação		179.018,74
Descontos de Pronto Pagamento		0,00
Rendimentos em Invest. não financeiros		1.345,91
Proveitos e ganhos Operacionais		225,00
Campanha Pirilampo		27.516,31
INR		22.742,03
Correções exercicios anteriores		0,00
Outros não especificados		139,69

#### 7.6 - Diferimentos

Estão relevados 299,06€ de gastos e 72.903,84€ de proveitos a reconhecer em 2026.

## 8 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

### 8.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Subsídios - informações detalhadas:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	558.765,49	0,00	24.064,33	666.919,54	55.530,00	17.978,25	0,00	0,00	0,00
Para ativos fixos tangíveis	558.765,49	0,00	24.064,33	666.919,54	55.530,00	17.978,25	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	558.765,49	0,00	24.064,33	630.343,33	0,00	2.245,88	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	4.307,18	0,00	861,02	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	23.218,02	45.500,00	12.909,33	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	9.051,01	10.030,00	1.962,02	0,00	0,00	0,00
Para ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	0,00	204.225,24	0,00	0,00	740.204,34	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor dos reembolsos efetuados no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>558.765,49</b>	<b>204.225,24</b>	<b>24.064,33</b>	<b>666.919,54</b>	<b>795.734,34</b>	<b>17.978,25</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Subsídios - informações detalhadas - Quadro Comparativo (Dez 2024):

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	582.829,82	0,00	24.064,33	674.618,68	5.168,20	12.867,34	0,00	0,00	0,00
Para ativos fixos tangíveis	582.829,82	0,00	24.064,33	674.618,68	5.168,20	12.867,34	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	582.829,82	0,00	24.064,33	632.589,21	0,00	2.245,88	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	5.168,20	861,02	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	32.627,35	0,00	9.409,33	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	55,10	0,00	55,10	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	9.347,02	0,00	296,01	0,00	0,00	0,00
Para ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	0,00	1.398.000,94	0,00	0,00	638.892,47	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor dos reembolsos efetuados no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>582.829,82</b>	<b>1.398.000,94</b>	<b>24.064,33</b>	<b>674.618,68</b>	<b>644.060,67</b>	<b>12.867,34</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 8.2 - Principais doadores / fontes de fundos

Os principais financiadores /fontes de fundos são Ministério da Educação, Instituto da segurança social ip e IEFP - Instituto do emprego e formação profissional, Fundo de reestruturação do sector solidário ( frss) bem como os utentes

Subsídios, doações e legados à exploração

Descrição	Valor Período
Segurança Social	204,225.24
Ministério da Educação	470,558.70
Autarquias	190,648.19
IEFP	2,620.59
Outros	250.00
Donativos	76,126.86
<b>Total Geral:</b>	<b>944,429.58</b>

9 - Instrumentos financeiros

9.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros estão valorizados ao custo

9.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

Capital próprio - movimentos do período:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	6.153,01	0,00	90,00	6.243,01
Reservas	567.319,47	0,00	0,00	567.319,47
Reservas legais	27.478,01	0,00	0,00	27.478,01
Outras reservas	539.841,46	0,00	0,00	539.841,46
Resultados transitados	0,00	27.621,04	0,00	-27.621,04
Outras variações nos capitais próprios	1.252.299,13	42.042,58	55.530,00	1.265.786,55
Subsídios	1.225.685,03	42.042,58	55.530,00	1.239.172,45
Doações	26.614,10	0,00	0,00	26.614,10
<b>Total</b>	<b>1.825.771,61</b>	<b>69.663,62</b>	<b>55.620,00</b>	<b>1.811.727,99</b>

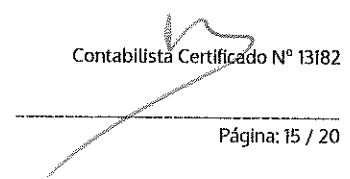
Capital próprio - movimentos do período - Quadro Comparativo (Dez 2024):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	5.853,01	0,00	300,00	6.153,01
Reservas	484.283,21	0,00	83.036,26	567.319,47
Reservas legais	27.478,01	0,00	0,00	27.478,01
Outras reservas	456.805,20	0,00	83.036,26	539.841,46
Outras variações nos capitais próprios	1.284.062,60	0,00	-31.763,47	1.252.299,13
Subsídios	1.257.448,50	0,00	-31.763,47	1.225.685,03
Doações	26.614,10	0,00	0,00	26.614,10
<b>Total</b>	<b>1.774.198,82</b>	<b>0,00</b>	<b>51.572,79</b>	<b>1.825.771,61</b>

Administração



Contabilista Certificado Nº 13182



### 9.3 - Divulgações sobre colateral prestada com ativos financeiros e garantias bancárias:

A instituição não prestou qualquer garantia ou penhor com ativos financeiros ou garantias bancárias.

### 9.4 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço

#### 9.4.1 - Dívidas a fornecedores

Dívidas a fornecedores mais relevantes:

Identificação de fornecedores:

Nome / Descrição	Valor
Fornecedores	19.504,71
Dos quais:	0,00
Plástielvas	2.729,99
Sesigás Lda	2.380,28
Edp Comercial - Comercialização de Energia , S.A	1.587,20
Aoneto	1.308,87
Repsol Portuguesa	1.083,60
Makro - Cash & Carry Portugal, SA	907,16
Julio & Adília, Lda	765,24
Câmara Municipal de Sesimbra	528,31
Lactogal Sa	443,66

#### 9.4.2 - Outras dívidas a pagar

Outras dívidas a pagar:

Nome / Descrição	Valor
Outros passivos correntes	345.157,35
Dos quais:	0,00
Remunerações a pagar	311.670,53
Outros Credores diversos	31.074,07
Outros Acrescimos	2.412,75

**9.5 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:**

Os instrumentos financeiros estão mensuradas ao custo.

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL):

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
<b>Ativos financeiros:</b>	0,00	0,00	54.475,37	0,00	0,00
Clientes e utentes	0,00	0,00	4.381,75	0,00	0,00
Outros créditos a receber	0,00	0,00	50.093,62	0,00	0,00
<b>Passivos financeiros:</b>	0,00	0,00	364.662,06	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	19.504,71	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	0,00	0,00	345.157,35	0,00	0,00
<b>Ganhos e perdas líquidos:</b>	0,00	0,00	128,88	0,00	0,00
De ativos financeiros	0,00	0,00	-217,54	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	346,42	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL) - Quadro Comparativo (Dez 2024):

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
<b>Ativos financeiros:</b>	0,00	0,00	27.626,31	0,00	0,00
Clientes e utentes	0,00	0,00	3.691,02	0,00	0,00
Outros créditos a receber	0,00	0,00	23.935,29	0,00	0,00
<b>Passivos financeiros:</b>	0,00	0,00	322.924,91	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	22.263,08	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	0,00	0,00	300.661,83	0,00	0,00
<b>Ganhos e perdas líquidos:</b>	0,00	0,00	-826,64	0,00	0,00
De ativos financeiros	0,00	0,00	-785,89	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-40,75	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**10 - Benefícios dos empregados**

**10.1 - Pessoal ao serviço da entidade e horas trabalhadas**

Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas:

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	118,00	156.963,00	127,00	160.946,00
Pessoas remuneradas	118,00	156.963,00	127,00	160.946,00
Pessoas não remuneradas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	118,00	156.963,00	127,00	160.946,00
Pessoas a tempo completo	112,00	148.982,00	121,00	153.342,00
(das quais pessoas remuneradas)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas em tempo parcial	6,00	7.981,00	6,00	7.604,00
(das quais pessoas remuneradas)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	118,00	156.963,00	127,00	160.946,00
Masculino	10,00	13.302,00	10,00	12.673,00
Feminino	108,00	143.661,00	117,00	148.273,00

## 10.2 - Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

Órgãos Sociais :

Administração : 7 elementos ( dos quais um é presidente)

Conselho fiscal - 3 elementos ( dos quais um é presidente )

## 10.3 - Benefícios dos empregados e encargos da empresa

Pessoal - benefícios:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	2.116.413,25	2.130.127,26
Remunerações do pessoal	1.705.549,55	1.732.475,56
Indemnizações	18.000,00	0,00
Encargos sobre as remunerações	351.645,33	352.498,50
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	19.242,55	20.883,70
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	21.975,82	24.269,50
- Formação	1.200,00	0,00
- fardamento	2.607,30	0,00

## 11 - Acontecimentos após a data do balanço

### 11.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço

Não ocorreram eventos após a data do balanço , que possam influenciar o balanço ou demonstração de resultados.

## 12 - Divulgações exigidas por diplomas legais

### 12.1 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e Segurança Social , tendo liquidado as suas obrigações nos prazos legalmente estipulados.

## 13 - Outras divulgações

### 13.1 - Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

As contribuições para o FCT - Fundo de Compensação do trabalho , com o valor acumulado de 12.349,23€ está incluído na Rubrica investimentos financeiros / outros créditos a ativos não correntes

### 13.2 - Outras divulgações sobre contratos públicos

O CA divulga que a entidade adota o código dos contratos públicos sempre que a legislação o obrigue. Os contratos públicos podem ser consultados no portal BaseGov.

## 14 - Impostos e contribuições

### 14.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Impostos - componentes:

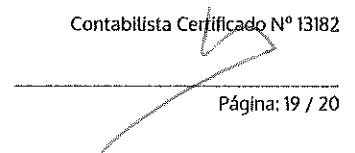
Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	130.646,78	-27.621,04
Imposto corrente	0,00	0,00
Imposto diferido	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00
Tributações autónomas	0,00	0,00
Taxa efetiva de Imposto	0,00	0,00

### 14.2 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Administração



Contabilista Certificado N° 13182



Estado e Outros Entes Públicos:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	5.876,96	0,00	6.546,07
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	815,00	1.619,26	960,06	3.002,38
Contribuições para a Segurança Social	0,00	37.799,05	0,00	36.422,92
<b>Total</b>	<b>815,00</b>	<b>45.295,27</b>	<b>960,06</b>	<b>45.971,37</b>

## 15 - Fluxos de caixa

### 15.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Caixa e equivalentes - desagregação:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	889,48	96.542,71	96.812,17	620,02
Depósitos à ordem	884.615,77	2.714.612,66	3.460.307,78	138.920,65
Outros depósitos bancários	0,00	917.000,00	0,00	917.000,00
<b>Total</b>	<b>885.505,25</b>	<b>3.728.155,37</b>	<b>3.557.119,95</b>	<b>1.056.540,67</b>

Caixa e equivalentes - desagregação - Quadro Comparativo (Dez 2024):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	3.265,13	0,00	2.375,65	889,48
Depósitos à ordem	859.846,52	0,00	-24.769,25	884.615,77
<b>Total</b>	<b>863.111,65</b>	<b>0,00</b>	<b>-22.393,60</b>	<b>885.505,25</b>

Balço - (modelo para ESNL) em  
31-12-2025  
(montantes em EURO)

Cercizimbra Coop Para Educacao e  
Reabilitacao Cidadãos Inadaptados  
Sesimbra CRL

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		Dez 2025	Dez 2024
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	1.287.310,04	1.305.216,76
Investimentos financeiros	9	1.275,00	1.275,00
Outros créditos e ativos não correntes	13	12.349,23	12.349,23
		<b>1.300.934,27</b>	<b>1.318.840,99</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	6	2.456,11	800,69
Créditos a receber	9	64.190,83	27.626,31
Estado e outros entes públicos	14	815,00	960,06
Diferimentos	7	299,06	292,51
Caixa e depósitos bancários	15	1.056.540,67	885.505,25
		<b>1.124.301,67</b>	<b>915.184,82</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.425.235,94</b>	<b>2.234.025,81</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	9	6.243,01	6.153,01
Reservas	9	567.319,47	567.319,47
Resultados transitados	9	-27.621,04	
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	8	1.265.786,55	1.252.299,13
Resultado líquido do período		130.646,78	-27.621,04
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>1.942.374,77</b>	<b>1.798.150,57</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	9	19.504,71	22.263,08
Estado e outros entes públicos	14	45.295,27	45.971,37
Diferimentos	7	72.903,84	66.978,96
Outros passivos correntes	9;10	345.157,35	300.661,83
		<b>482.861,17</b>	<b>435.875,24</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>482.861,17</b>	<b>435.875,24</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>2.425.235,94</b>	<b>2.234.025,81</b>

**Demonstração dos Resultados por  
Naturezas - (modelo para ESNL) do  
período findo em 31-12-2025  
(montantes em EURO)**

**Cercizimbra Coop Para Educacao e  
Reabilitacao Cidadãos Inadaptados  
Sesimbra CRL**

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		Dez 2025	Dez 2024
Vendas e serviços prestados	7	1.504.603,00	233.035,25
Subsídios, doações e legados à exploração	8	944.429,58	2.128.200,97
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-84.645,80	-82.005,83
Fornecimentos e serviços externos	7	-265.230,88	-245.096,94
Gastos com o pessoal	10	-2.116.413,25	-2.130.127,26
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-217,54	-785,89
Outros rendimentos	7	290.541,54	204.631,66
Outros gastos	7	-77.106,71	-73.727,07
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>195.959,94</b>	<b>34.124,89</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-65.659,58	-61.705,18
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>130.300,36</b>	<b>-27.580,29</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	7	346,42	
Juros e gastos similares suportados	5		-40,75
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>130.646,78</b>	<b>-27.621,04</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>130.646,78</b>	<b>-27.621,04</b>

Administração



Contabilista Certificado Nº 13182



Demonstração dos Fluxos de Caixa -  
(modelo para ESNL) do período findo em  
31-12-2025  
(montantes em EURO)

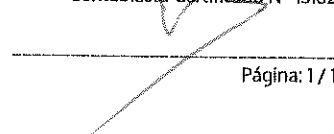
Cercizimbra Coop Para Educacao e  
Reabilitacao Cidadãos Inadaptados  
Sesimbra CRL

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		Dez 2025	Dez 2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		1.503.694,73	233.333,18
Pagamentos a fornecedores		294.268,83	292.471,34
Pagamentos ao pessoal	10	2.115.284,37	1.814.792,97
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		<u>-905.858,47</u>	<u>-1.873.931,13</u>
Outros recebimentos/pagamentos		1.068.770,33	1.913.337,93
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<u>162.911,86</u>	<u>39.406,80</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4	47.752,86	22.140,65
Recebimentos provenientes de:			
<i>Subsídios ao investimento</i>		55.530,00	5.168,20
<i>Dividendos</i>		346,42	
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<u>8.123,56</u>	<u>-16.972,45</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Juros e gastos similares</i>	5		40,75
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>			<u>-40,75</u>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<u>171.035,42</u>	<u>22.393,60</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período		885.505,25	863.111,65
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>1.056.540,67</u>	<u>885.505,25</u>

Administração



Contabilista Certificado, N.º 13182



**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2025 (montantes em EURO)**

**Cercizimbra Coop Para Educacao e Reabilitacao Cidadãos Inadaptados Sesimbra CRL**

DESCRICÃO	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	6	6.153,01		567.319,47			1.252.299,13	-27.621,04	1.798.150,57		1.798.150,57
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7				-27.621,04		13.487,42	27.621,04	13.487,42		13.487,42
RESULTADO INTEGRAL	8				-27.621,04		13.487,42	27.621,04	13.487,42		13.487,42
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	9-7+8							190.646,78	190.646,78		190.646,78
Outras Operações								144.194,20	144.194,20		144.194,20
	10	90,00							90,00		90,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	6+7+8+10	6.243,01		567.319,47	-27.621,04		1.265.786,55	130.646,78	1.942.374,77		1.942.374,77

DESCRICÃO	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	1	5.853,01		484.283,23			1.284.082,60	83.036,26	1.857.235,08		1.857.235,08
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2			83.036,26			-31.763,47	-83.036,26	-31.763,47		-31.763,47
RESULTADO INTEGRAL	3			83.036,26			-31.763,47	-83.036,26	-31.763,47		-31.763,47
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	4=2+3							-27.621,04	-27.621,04		-27.621,04
Outras Operações								-59.384,51	-59.384,51		-59.384,51
	5	300,00							300,00		300,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	6=1+2+3+5	6.153,01		567.319,47			1.252.299,13	-27.621,04	1.798.150,57		1.798.150,57

Administração

*Abelha*  
*Bele/Kay 11*

Contabilista Certificado Nº 13182